

# A PEDAGOGIA DA PAZ: A CONTRIBUIÇÃO DE JEAN MONNET<sup>1</sup> PARA A CONSTRUÇÃO DA UNIÃO EUROPEIA

*THE PEDAGOGY OF PEACE: JEAN MONNET'S CONTRIBUTION  
TO THE CONSTRUCTION OF THE EUROPEAN UNION*

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Karine de Souza Silva<sup>2</sup>

**SUMÁRIO:** 1 Considerações Iniciais. 2 Jean Monnet e o impulso para criação da integração europeia. 3 As bases para construção da unidade europeia. 4 Jean Monnet e a evolução da União Europeia. 5 Considerações Finais. 6 Referências.

**RESUMO:** O objetivo deste artigo é apresentar o protagonismo de Jean Monnet no processo de surgimento e consolidação da União Europeia (UE). Dessa forma, o trabalho primeiramente expõe o empenho do projetista francês em construir setorialmente a união através de um método inovador e em vencer as adversidades encontradas para atingir seus objetivos. Em seguida, são explicitadas as principais teses de Jean Monnet que sustentaram a edificação das estruturas comunitárias. Por fim, explanará a evolução do bloco e sua consagração como modelo de integração mais complexo e ousado do mundo.

**PALAVRAS-CHAVE:** Jean Monnet. União Europeia. Integração.

**ABSTRACT:** The objective of this article is to present the leading role of Jean Monnet in the process of emergence and consolidation of the European Union (EU). First, it describes the efforts of the French designer to construct the union on a sector-by-sector basis, through an innovative method, and to overcome the barriers to achieving those objectives. Next, it explains Jean Monnet's main theses, which support the building of Community structures. Finally, it explains the development of the European bloc, and its consecration as the boldest and most complex integration model in the world.

**KEY-WORDS:** European Union. Jean Monnet. Integration.

## 1 Considerações Iniciais

Jean Monnet foi uma das figuras mais célebres do século XX. Foi o estrategista mais influente que transitou pelos bastidores do poder no pós-Segunda Guerra e sua ação concreta pavimentou a via que desembocou na construção da União Europeia.

A Europa era o epicentro de uma crise sem proporções, ocasionada pela grande Guerra que devastou a economia regional, determinou o fracasso dos métodos da diplomacia tradicional na

resolução de controvérsias e impôs um ambiente de dor e destruição nos territórios afetados. A autoestima, a esperança e o espírito de solidariedade dos europeus davam sinais de fragilidade, enquanto os muros físicos e imaginários levantados pela guerra fria sinalizavam o perigo iminente da eclosão de outro conflito mundial.

Diante desse cenário catastrófico é que Jean Monnet demonstra seu determinismo em propagar a ideia de integração como meio de assegurar a paz e de reerguer política e economicamente o velho continente. O grande entusiasta da Europa unida encontrou uma fórmula de desmaterializar a rivalidade franco-alemã através de um método capaz de realizar, paulatinamente, o mercado único.

Foi de autoria de Jean Monnet o texto da Declaração Schuman de 09 de maio de 1950, que conclamava os Estados a fundarem uma Organização Internacional supranacional para superarem as perigosas rivalidades que, fatalmente, conduziriam a um novo embate bélico. Nesse dia, nascia formalmente a União Europeia e o nome de Monnet passava a ocupar um lugar de destaque nas páginas da História por sua evidente atuação em prol da unificação dos povos em torno de uma única bandeira.

O objetivo deste artigo é apresentar o protagonismo de Jean Monnet no processo de surgimento e consolidação da União Europeia (UE). Dessa forma, o trabalho primeiramente expõe o empenho do projetista francês em construir setorialmente a união através de um método inovador e em vencer as adversidades encontradas para atingir seus objetivos. Em seguida, são explicitadas as principais teses de Jean Monnet que sustentaram a edificação das estruturas comunitárias. Por fim, explanará a evolução do bloco e sua consagração como o modelo de integração mais complexo e ousado do mundo.

## 2 Jean Monnet e o impulso para criação da integração europeia

Jean Marie Gabriel Monnet<sup>3</sup> foi um dos mais hábeis projetistas que a humanidade já conheceu.

Monnet trabalhou entusiasticamente pela reconstrução e reconciliação da velha Europa vitimizada pelas chagas do ódio e do rancor<sup>4</sup>. Não pertencia às linhagens detentoras de poderes políticos e econômicos na França e nunca foi investido em cargos políticos<sup>5</sup>. Mesmo distante das honrarias típicas do poder e dos títulos distintivos, exerceu, como poucos, um importante grau de influência nas decisões de homens públicos, valendo-se da sua pedagogia da paz de forte influência *kantiana*<sup>6</sup>. Foi uma figura que trabalhou nos bastidores<sup>7</sup> e cimentou as bases da integração europeia através da neutralização da rivalidade franco-alemã. Enquanto Alcide de Gaspari, Konrad Adenauer e Robert Schuman foram os pais da União Europeia, sem dúvida Monnet foi o mentor.

Monnet foi o verdadeiro arquiteto da unidade europeia. O meio internacional o conhecia como o “inspirador” da nova Europa, apelido que lhe foi dado pelo general Charles de Gaulle. O reconhecimento da sua importância lhe rendeu outras alcunhas como: “visionário pragmático”, de autoria de Jacques Delors; e “revolucionário pacífico”, como era chamado por François Fontaine<sup>8</sup>.

Jean Monnet foi uma figura ativa na construção da Sociedade das Nações, tendo sido, por isso, nomeado como Secretário-Geral Adjunto, quando da fundação da Organização Internacional em 1919. Na oportunidade, começa a elevar a primeiro plano a necessidade de diálogo pacífico entre os povos do mundo e a de reforçar os princípios de cooperação entre os Estados. A Segunda Guerra Mundial lhe conferiu novamente um papel de destaque internacional, quando exerceu a função de presidente do Comitê de Coordenação Franco-Britânico, cujo encargo era o de negociar o suprimento de armas dos aliados.

Mas foi o fim da Segunda Guerra que lhe outorgou protagonismo na cena europeia. Monnet foi Comissário do Plano de Modernização e Equipamento da França, que objetivava a reconstrução e recuperação econômica do país no contexto do Plano Marshall. No exercício dessa missão, ressuscitou<sup>9</sup> e reelaborou importantes teses sobre a integração regional que serviram de impulso à criação da União Europeia.

O “visionário pragmático” se preocupava contundentemente com a situação caótica da Europa<sup>10</sup>, que apresentava um cenário de notada devastação política e econômica, com altos índices de inflação, insuficiência no abastecimento agrícola e grandes dificuldades para atrair recursos estrangeiros necessários à reestruturação dos parques nacionais. Do mesmo modo, assaltava-lhe o temor de que o capital norte-americano injetado pelo Plano Marshall deixasse as potências europeias eternamente dependentes e apáticas. O único meio de escapar dessa armadilha era através da promoção de um esforço comum dos Estados que garantisse, coletivamente, um futuro de paz e estabilidade econômica.

A nova divisão do Mundo entre o Leste capitalista e o Oeste socialista alimentava as suspeitas da potencialização de um novo conflito com efeitos ainda mais cruéis. Nesse contexto de crise, a Alemanha figurava como a porta divisória que separava dois mundos<sup>11</sup> que, inevitavelmente, iriam confrontar-se<sup>12</sup>. Monnet observava que "o diálogo leste-oeste não conhecia outra regra a não ser a força". No seu entender, a guerra fria constituiria "a primeira fase da guerra verdadeira".<sup>13</sup> Por essa razão era urgente formular uma solução concreta pacificadora que transformasse o curso dos acontecimentos, que alterasse estrategicamente as condições dadas<sup>14</sup>. Para tal, "a Alemanha não seria a causa, mas o que estaria em jogo. É preciso que deixe de ser o objeto de disputa e que, ao contrário, se torne um elo de ligação"<sup>15</sup>. Para chegar a esse objetivo, era imperativo "mudar a mente dos homens", o que significava afastar tanto o temor alemão de ser novamente vítima de humilhações, como dissipar o medo francês do reerguimento incontrolável da Alemanha. Essa era a chave para a união da Europa.

A situação era extremamente delicada, pois a reestruturação alemã, por um lado, serviria de barreira de contenção contra as pretensões expansionistas da ex-União Soviética e, por outro lado, poderia traduzir-se numa ameaça de um ressurgimento titânico do poderio bélico-industrial germânico que lhe possibilitasse ultrapassar as fronteiras alheias.

Pensando nisso, o "inspirador" propunha "uma solução que colocaria a indústria francesa na mesma base de partida da indústria alemã, e ao mesmo tempo liberando esta das discriminações surgidas da derrota, restabeleceria as condições econômicas e políticas de um entendimento indispensável à Europa. Bem mais, poderia ser o próprio fermento da unidade europeia."<sup>16</sup>

Para tal, era o momento de reunir o que a ação dos homens separou. A reintegração da região do Sarre e Ruhr nos mesmos moldes que a natureza havia irmanado - e a história se ocupou em apartar - era a única saída para a pacificação. Assim, poder-se-ia colocar os recursos naturais nela envolvidos a serviço da paz e não da guerra. Somente assim afastar-se-iam dos Estados as potencialidades da indústria bélica. "A riqueza conjunta era em primeiro lugar a do carvão e do aço cujas bacias naturais inscritas em um triângulo geográfico que as fronteiras cortavam artificialmente eram repartidas de maneira desigual, mas complementar, pela França e pela Alemanha. Essas fronteiras casuais tinham se tornado, na era industrial, cujo surgimento coincidiu com a das doutrinas nacionais, obstáculos às trocas e depois linhas de confrontação. Nenhum dos dois povos se sentiu mais seguro porque não possuía sozinho todo o recurso, isto é, todo o território. A rivalidade era decidida pela guerra que só resolvia o problema por certo tempo - o tempo de preparar a desforra. Ora, o carvão e o aço eram ao mesmo tempo a chave da potência econômica e a do arsenal onde se forjavam as armas da guerra. Esse duplo poder lhes dava então uma enorme significação simbólica que esquecemos, semelhante a que se reveste a energia nuclear hoje em dia. Fundi-los acima das fronteiras seria retirar-lhes seu prestígio maléfico e os transformaria, ao contrário, em garantia da paz".<sup>17</sup>

A proposta consistia em retirar das mãos dos Estados a capacidade de gestão dos recursos energéticos, o carvão e o aço, matérias-primas que moviam a indústria da guerra. A produção de tais recursos energéticos deveria ser controlada por uma "Autoridade Internacional aberta à participação dos outros países da Europa. Esta (autoridade) teria a tarefa de unificar as condições de base da produção e de permitir assim a extensão gradual aos demais domínios de uma cooperação efetiva para fins pacíficos".<sup>18</sup> Ou seja, a intenção era a de integrar os Estados através de uma Organização Internacional (OI) setorial que tinha por escopo a administração de produção de carvão e aço dos Estados signatários.

A semente já estava lançada, faltava dar-lhe um corpo. Com o auxílio de seus colaboradores diretos Étienne Hirsch, Pierre Uri e Paul Reuter, Monnet começa a desenhar o plano francês de criação da Organização Internacional responsável por gerir o conjunto da produção franco-alemã de aço e carvão. A proposta era revolucionária e Monnet era consciente disto. Tal proposição, que seguia uma metodologia inovadora, foi imediatamente abraçada pelo Ministro de Negócios Estrangeiros, Robert Schuman, que, por sua vez, serviu de interlocutor junto ao governo Charles de Gaulle. Este, após convencido de que o plano era factível, concedeu ao seu Ministro as credenciais para conduzir a empreitada junto a outros governos.

É importante salientar que as ideias que o "revolucionário pacífico" emprestou à França foram a resposta que Schuman precisaria<sup>19</sup> apresentar a seus homólogos americanos e britânicos que lhe haviam confiado uma missão da qual não poderia escapar: formular uma proposta de reintegração da Alemanha Federal no concerto das potências ocidentais. A ideia de Monnet salvou Schuman

da pressão de um calendário que anunciava duas importantes datas: no dia 10 de maio de 1950, encerrar-se-ia o prazo fatal concedido pelo Reino Unido e pelos Estados Unidos para que os franceses expusessem a solução em uma reunião agendada entre as três nações; e, no dia 18 de maio, teria lugar um encontro ministerial no seio da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), momento em que a França haveria de se posicionar sobre sua incumbência.

Portanto, a operação Schuman-Monnet teve caráter matemático e veio à luz para obedecer a uma agenda espartana de pressões internacionais que conferiam à França a responsabilidade de integrar a Alemanha, na tentativa de fulminar o avanço do comunismo no continente. Nesse contexto é que foi gestada a União Europeia.

Assim, Robert Schuman angariou todo o conjunto diplomático necessário para dar vida à integração e vencer a avalanche de dificuldades políticas que encontraria tanto interna quanto externamente. O primeiro passo foi buscar a adesão do governo alemão que, na pessoa do seu chanceler Konrad Adenauer, mostrou-se sensível e disposto a filiar-se à causa.

Com a anuência de Schuman, o “inspirador” arquitetou todo plano e escreveu as linhas da conhecida Declaração Schuman<sup>20</sup>, que foi apresentada oficialmente como uma proposta franco-germânica à imprensa, às 16 horas do dia 09 de maio de 1950, no Salão do Relógio do *Quai d’Orsay*, em Paris, quartel-general do Ministro de Negociações Exteriores. A Declaração foi a pedra fundamental do edifício integracionista europeu<sup>21</sup>. Foi neste dia que nasceu a União Europeia. A partir desse momento, foi pavimentada a via que desembocou na assinatura do Tratado que criara a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA) no ano de 1951, e dos Tratados fundadores da Comunidade Europeia da Energia Atômica (EURATOM) e da Comunidade Econômica Europeia (CEE), em 1957 que, com o decorrer dos anos, formaram um dos pilares da atual União Europeia.

Influenciado pela atmosfera de otimismo decorrente de sua empreitada, o “visionário pragmático” declara que “em 1950, os homens da Europa começavam a ver seu passado com bastante confiança para sonhar formas novas em suas relações recíprocas. Com o plano Schuman, esse sonho ia ser realidade, a paz parecia possível, a guerra fria se afastava.”<sup>22</sup>

O Plano Schuman, com ficou conhecido, recebeu adesão de seis Estados: França, Alemanha, Itália, Bélgica, Holanda e Luxemburgo. Todos esses foram, ao longo das tratativas, convencidos a aderirem à iniciativa. Desde logo, há de se registrar que não se tratou de processo de fácil concepção. As negociações foram permeadas por momentos de dificuldades e incertezas que foram dissipadas paulatinamente graças à astúcia e à habilidade dos diplomatas. A exceção ficou por conta dos britânicos que, desde cedo, demonstraram reservas irresistíveis. A Grã-Bretanha se posicionou contundentemente contra a transferência de parcelas de sua soberania. Somente adeririam àquela proposta de integração mediante condições particulares que, de logo, foram rechaçadas por Monnet: “as propostas Schuman, (...), são revolucionárias ou não são nada. O princípio fundamental é a delegação de soberania em um domínio limitado, mas decisivo.”<sup>23</sup> A Grã-Bretanha, então, continuou participando das negociações, sem, entretanto, comprometer-se com os princípios da união<sup>24</sup>.

Efetivamente, a União Europeia se origina da fusão de interesses dos países que mais sofreram com a catástrofe das guerras mundiais. França e Alemanha, que figuravam como os pivôs das hostilidades, assinaram um tratado de paz que recebeu adesão da Bélgica, Holanda e Luxemburgo – recorrentes campos de batalha das potências do Reno – e da Itália, que se alternou, sucessivamente, como aliada da França e da Alemanha nas duas grandes guerras.

O espírito de otimismo varreu as potências envolvidas e conduziu à assinatura do Tratado que deu à luz à CECA, em 18 de abril de 1951, no Salão do Relógio do *Quai d’Orsay* em Paris, praticamente um ano após o lançamento da proposta de 09 de maio. Jean Monnet expõe o simbolismo da ocasião: “um de nossos colaboradores do plano, o fiel Lamy, homem criativo e de toda confiança, tinha-nos reservado uma surpresa, apresentando aos signatários um exemplar do tratado que havia mandado compor na Imprensa Nacional, em papel da Holanda, com tinta alemã. A encadernação era oferecida pela Bélgica e Luxemburgo; os marcadores de seda pela Itália”<sup>25</sup>.

O texto do Tratado<sup>26</sup> refletia a importância da criação de uma OI para a manutenção da paz<sup>27</sup> e para o crescimento econômico da Europa.

O Tratado criador do CECA foi um marco importante para a Europa, mas o trabalho do “revolucionário pacífico” não se esgotou nessa etapa da integração. Os seus ambiciosos objetivos,

de índoles política e econômica, foram passo a passo se concretizando com a formação das outras Comunidades Europeias.

A dedicação de Monnet à pacificação europeia lhe rendeu o posto de presidente da Alta Autoridade, instituição com poderes executivos e legislativos que dirigiria a CECA.

As principais teses idealizadas pelo “revolucionário pacífico” formaram a base de sustentação do edifício comunitário e conferiram um grau de originalidade à integração regional europeia, consoante se exporá na sequência. Tais proposições serviram de lastro para a fundação de uma união de caráter duradouro que, contemporaneamente, se constitui como o processo integracionista mais ousado e complexo do mundo.

### 3 As bases para construção da unidade europeia

O modelo de integração propugnado por Jean Monnet buscava atingir os seguintes objetivos: construir uma paz duradoura no continente; reerguer a região política e economicamente<sup>28</sup>, recuperando o seu papel de protagonista nas relações internacionais; afastar o avanço do perigo comunista<sup>29</sup>.

O meio idealizado pelo mentor do Plano Schuman para alcançar os fins propostos era a integração consubstanciada juridicamente através da formação de uma Organização Internacional supraestatal. Mas essa OI não se limitaria a promover a cooperação entre os seus membros. Ela receberia parcelas de soberania dos Estados para gestionar interesses comuns de maneira mais eficaz. Tratava-se de um novo modelo que patenteava, desde logo, um perfil diferenciado, inusitado.

Para alcançar tais metas, foram gestadas algumas teses que sustentaram a integração e que podem ser, metodologicamente, elencadas da seguinte forma:

1. A Organização Internacional fugiria do tradicional modelo da intergovernamentalidade e inauguraria um modo de atuação supranacional, de caráter federal; 2. Seria formado um arcabouço institucional permanente; 3. As instituições receberiam dos Estados algumas parcelas de soberania, em âmbitos limitados, mas que poderiam ser estendidos paulatinamente para outros âmbitos; 4. A OI seria aberta a todos os Estados da Europa, sem garantias, entretanto, do direito de secessão por decisão unilateral das partes; 5. O federalismo seria alcançado através do método funcionalista que preconizava a integração setorial que progrediria, paulatinamente, rumo à integração generalizada.

O mérito de Monnet foi garantir o primado do método funcionalista para atingir os objetivos federalistas. A federação era o caminho para uma *pax mercatoria*, ou seja, aquela atingida via integração dos mercados que se restringiria, num primeiro momento, aos recursos energéticos e, consecutivamente, alcançaria outros setores até formar o mercado único.

O princípio fundamental da integração repousava na delegação de soberania “em um domínio limitado, mas decisivo”<sup>30</sup>, ou seja, definitivo, sem possibilidade de retorno às mãos do Estado. A razão desta opção se fundava na noção segundo a qual: “a cooperação entre as nações, por mais importante que ela seja, não resolve nada. É preciso buscar uma fusão de interesses dos povos europeus e não simplesmente a manutenção de equilíbrio de seus interesses”.<sup>31</sup> A experiência do “visionário pragmático” lhe ensinara que o esforço nacional não era suficiente, ou seja, a ação isolada dos Estados estava fadada ao fracasso.<sup>32</sup>

Buscava-se um distanciamento do modelo empregado na Organização Europeia de Cooperação Econômica (OECE), por exemplo, por entender que a verdadeira cooperação só seria realizada se tivesse munida de instrumentos para atacar frontalmente a soberania una<sup>33</sup>. Ou seja, um esquema que não ultrapassasse a simples cooperação intergovernamental seria demasiado frágil para resolver os impasses históricos apresentados à Europa. Essa era a porta que permitia vislumbrar o horizonte de uma Federação Europeia.

A fusão de interesses comuns seria possibilitada através da fundação de uma arquitetura político-jurídica capaz de acumular e gestionar os poderes derivados da delegação de soberania<sup>34</sup>. Por sua vez, a transferência de poderes soberanos faria nascer uma autoridade supranacional que seria exercida pelas Instituições.

A Institucionalização era fundamental para o progresso da integração. Instituições fortes, independentes e permanentes seriam o corpo que daria vida ao espírito de união, pois “nada é possível sem os homens, nada é permanente sem as instituições”<sup>35</sup>.

No texto final do Tratado de 1951, já estava estabelecido o novo marco de representação: 1. A Alta Autoridade<sup>36</sup>, representante dos interesses da OI; o Conselho de Ministros, que seria o interlocutor da vontade máxima dos Estados<sup>37</sup>; a Assembleia parlamentar comum e o Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias, que refletiam a preocupação de se estabelecer um sistema de garantias democráticas. Assim, se formou, inicialmente, a coluna vertebral da Comunidade. A tonalidade supranacional estava evidente com a formalização dessas quatro Instituições.

O nascimento do Conselho Europeu também foi uma proposição de Monnet que, já na década de 1970, se preocupava com o funcionamento precário das Instituições da Comunidade que não dispunham de poderes necessários para cumprir as tarefas previstas. Nesse cenário, surge a proposta de criação de um “governo europeu provisório”, formado pelas mais altas autoridades de cada Estado membro, e de uma “Assembleia europeia eleita pelo sufrágio universal”.<sup>38</sup> Em mais uma lição de diplomacia e articulação política, o “arquiteto” da integração faz chegar às autoridades nacionais a proposta de instituição do Conselho Europeu que previa a reunião dos Chefes de Estado e de Governo, três vezes ao ano, para conceder o impulso necessário ao processo integracionista e discutir os problemas europeus<sup>39</sup>.

O sentimento federalista ganha corpo à medida que a Comunidade Europeia se constrói dia após dia. Na conferência dos seis países signatários, foi reforçado reiteradamente o caráter de solidariedade da integração, pois não se estava a negociar vantagens, mas, sim, pretendia-se buscar a “vantagem comum”<sup>40</sup>. O objetivo apenas seria alcançado se houvesse engajamento “sem limite de tempo e sem espírito de retorno.”<sup>41</sup> Nesse momento, o “inspirador” enfatiza uma regra comumente encontrada nos modelos federais: “a retirada de um Estado que se tivesse engajado na Comunidade só deveria ser possível com a aprovação de todos os outros sobre essa retirada e suas condições. Essa regra por si só resume a transformação fundamental que a proposta francesa pretende apresentar. Além do carvão e do aço, ela assenta as bases de uma federação europeia. Em uma federação, não há secessão por decisão unilateral”. Essa colocação deixa transparecer o temor de que algum Estado-membro desertasse e abandonasse a organização internacional.

Tais proposições se constituíram como uma *verdadeira revolução diplomática*<sup>42</sup>. Foi assim que Jean Monnet conseguiu dar vida à ideia de desmaterializar a rivalidade franco-germânica e, concomitantemente, favorecer o crescimento econômico dos países europeus por intermédio da integração regional. Contudo, a concretização do seu plano dependia da existência de uma soberania comum. Era necessário “propor a colocação do carvão e do aço de vários países sob uma soberania comum”.

O pressuposto fundamental para a instituição da Alta Autoridade, então, conduzia a um redimensionamento do instituto da soberania. Tratava-se de reformulá-la e transformá-la em uma soberania comunitária integradora de nações e povos em lugar de uma soberania nacional que aparta fronteiras e continentes. A soberania deveria ser “abordada sem o espírito de vingança nem dominação”. Para tal, era imperativo que “vencedores e vencidos chegassem a um acordo para exercê-la, em comum, sobre uma parte de sua riqueza conjunta”. Isso criaria um elo sólido entre as partes e o caminho seria amplamente franqueado a novas fusões em outros domínios.

Também é de autoria de Jean Monnet o termo “Comunidade Europeia”. Foi na conferência inaugurada em 20 de junho de 1950 que ele chama, pela primeira vez, de ‘Comunidade’ ao que se vislumbrava construir: “Estamos aqui para realizar uma obra comum, não para negociar vantagens, mas para buscar nossa vantagem na vantagem comum. Só poderemos encontrar uma solução se eliminarmos de nossas discussões todo sentimento particularista. À medida em que nós, reunidos aqui, pudermos mudar nossos métodos, será o estado de espírito de todos os europeus que mudará aos poucos. Assim, pedi que a palavra negociação não fosse empregada com referência às nossas reuniões que, tanto entre nós quanto no que concerne à opinião pública, seriam as da conferência do plano Schuman. Julgo lembrar-me de que nesse dia, pela primeira vez, chamei de Comunidade Europeia o objetivo que queríamos alcançar”<sup>43</sup>.

Por fim, observa-se que era da vontade de Monnet que o exemplo de unidade fosse, inclusive, oferecido a outros povos. “Eu via o conflito sempre pronto a despertar no Oriente Médio e a confrontação entre Israel e os árabes não me parecia mais insuperável do que a oposição franco-alemã durante dois terços de século. Daqui por diante essa oposição pertencia ao passado e não foram as armas nem a diplomacia que tinham posto fim a ela, mas um método que mudava a maneira de pensar, transformando as próprias causas de rivalidade. O que dividia os homens podia

tornar-se comum a eles em toda parte do mundo; (...) o que tínhamos obtido na Europa, contra toda expectativa, devia ser igualmente possível em toda parte onde os homens ainda pensavam em termos de dominação e esperavam resolver suas rivalidades pela força. Essas reflexões me persuadiam de que a união dos europeus não era apenas importante para eles, tinha um valor de exemplo para outros povos”.<sup>44</sup>

A seguir, será exposta a evolução do legado de Jean Monnet que conferiu um grau de originalidade à União Europeia e a constituiu como o processo de integração mais ousado e complexo do mundo.

#### 4 Jean Monnet e a evolução da União Europeia

A herança deixada pelo “inspirador” da nova Europa ofereceu bases sólidas que permitiram uma evolução consistente do modelo de integração.

Posteriormente à criação da CECA, no ano de 1957, os Tratados de Roma criaram a Comunidade Econômica Europeia (CEE) e a Comunidade Europeia para a Energia Atômica (CEEA). Em 1992, o conjunto das Comunidades, somado às formas de cooperação estabelecidas entre os Estados-membros, passou a ser denominado União Europeia, consolidado após a ratificação do Tratado de Maastricht, que inaugurou “uma nova etapa no processo criador de uma união cada vez mais estreita entre os povos da Europa”.<sup>45</sup>

O Tratado de Amsterdã de 1997 consolidou o desenho da arquitetura europeia visualizada desde Maastricht, através da formação dos três pilares sobre os quais se encontra alicerçada a União Europeia: no primeiro estão as duas Comunidades, ou seja, a CEEA e a Comunidade Europeia<sup>46</sup>; o segundo refere-se à colaboração em matéria de política exterior e de segurança comum; e, por fim, no terceiro pilar encontra-se a cooperação no âmbito judicial e policial em matéria penal.

A Organização Internacional evoluiu com as portas abertas à adesão de novos Estados europeus, assim como orientava Jean Monnet.

Nessas cinco décadas de evolução, verificou-se um processo paulatino de adesões que ampliou o espaço de integração das Comunidades com a aproximação de novos Estados-membros: Reino Unido, Irlanda, Dinamarca, Grécia, Portugal, Espanha, Áustria, Suécia, Finlândia, Chipre, Estônia, Hungria, Polônia, República Checa, Eslovênia, Letônia, Lituânia, Malta e Eslováquia. Em 2007, Romênia e Bulgária aderiram ao bloco que, atualmente, é formado por 27 Estados-membros. A ampliação em direção ao leste foi fundada no reconhecimento mútuo da importância histórica que representa o fim da divisão do Continente europeu. Nesse sentido, cabe recordar que em, 1989, data da queda do Muro de Berlim, a Alemanha deixou de ser, definitivamente, o país das fronteiras que separavam os ‘mundos’ capitalista e comunista.

A Comunidade Europeia tornou-se realidade graças a uma engenhosa e articulada estrutura jurídico-política que lhe serve de sustentáculo<sup>47</sup>. A arquitetura jurídica constituída basicamente pelo Direito Comunitário ganhou vida, com o objetivo de regulamentar as relações travadas no âmbito da União e com disposição de solucionar os entraves que se apresentam.

A megaestrutura das Comunidades materializou-se através do corpo de uma organização internacional *sui generis*, distinta daquelas de corte clássico até então conhecidas. A UE é dona de uma peculiar estrutura composta por Instituições próprias que recebem dos Estados-membros algumas competências para traçarem políticas supranacionais que servem de base para a concretização dos seus objetivos.

O redimensionamento dos Estados no contexto europeu acompanhou o surgimento do poder supranacional, corolário do processo de transferência de parcelas de soberania do Estado para as Instituições. Nesse sentido, assevera Monnet: “as nações soberanas do passado não são mais o quadro em que podem resolver os problemas do presente. E a própria Comunidade é apenas uma etapa em direção às formas de organização do mundo de amanhã.”<sup>48</sup>

A supranacionalidade propugnada por Monnet garantiu a manutenção da paz na região historicamente reconhecida como sendo um palco de conflitos catastróficos e neutralizou a rivalidade franco-germânica. Depois de Monnet, a Europa ocidental nunca mais testemunhou a emergência de conflitos internacionais.

A veia supranacional patenteia o dinamismo do modelo de integração comunitária europeia redesenhando o velho esquema de definição de soberania, cujo entendimento referia-se à plenitude do exercício do poder sobre um território resguardado, exclusivamente, a um determinado sujeito. De modo que se percebe uma sensível evolução da fórmula delineada pelos autores clássicos que apresentavam a noção de soberania como um ente absoluto, perpétuo, inalienável, intocável e indivisível. O modelo de integração europeu permite a reinterpretção da soberania estatal ao passo que cria uma entidade supranacional marcada pela ideia de solidariedade. Aqui há um evidente distanciamento do DIP clássico e abre-se espaço para o surgimento do chamado Direito Comunitário, fundado na passagem de parcelas de soberania dos Estados para a UE.

Os objetivos existentes na época da concepção da CEE se ampliaram sobremaneira. No atual artigo 2º do Tratado da Comunidade Europeia, vê-se que a missão comunitária é a “de promover o desenvolvimento harmonioso, equilibrado e sustentável das atividades econômicas, um elevado nível de emprego e de proteção social, a igualdade entre homens e mulheres, um crescimento sustentável e não inflacionista, um alto grau de competitividade e de convergência dos comportamentos das economias, um elevado nível de proteção e de melhoria da qualidade do ambiente, o aumento do nível e da qualidade de vida, a coesão econômica e social e a solidariedade entre os Estados-membros”.

Para alcançar esses fins que são de índole política, econômica e social, faz-se necessário o estabelecimento de diferenciados mecanismos de atuação<sup>49</sup>, cuja realização é confiada aos Estados e às Instituições.

O corpo institucional comunitário sofreu algumas alterações. Já em 1967 foi firmado o Tratado de Fusão dos Executivos<sup>50</sup>, que unificou as Instituições das três Comunidades, na tentativa de minimizar os custos de funcionamento e garantir mais eficácia operacional.

Atualmente, a execução das tarefas comunitárias está a cargo do Conselho Europeu<sup>51</sup> e das seguintes Instituições: Parlamento Europeu, o Conselho de Ministros, a Comissão, o Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias e o Tribunal de Contas. Além dessas, a UE é dotada de importantes órgãos que são: o Banco Central Europeu, o Comitê Econômico e Social, o Comitê das Regiões e o Banco Europeu de Investimentos que atuam na qualidade de auxiliares.

Do mesmo modo, há que se registrar que a paulatina realização dos objetivos econômicos culminou na consolidação da União Econômica<sup>52</sup> e Monetária e, por conseguinte, na formação da maior área de comércio livre do mundo facilitada pela adoção da moeda única - o Euro.

A união funcionalista por via dos mercados extrapolou os limites da integração energética e se expandiu para outras searas, como agricultura, pesca, educação, cidadania, etc. e passou a envolver a garantia das liberdades de circulação de pessoas, bens, serviços e capitais.

Os sucessivos processos de ampliação foram acompanhados do permanente reforço à diversidade cultural e linguística e à educação para a tolerância entre os povos.

Entretanto, cabe registrar que, apesar dos avanços nas áreas econômica, social e cultural, a realização dos objetivos comunitários ainda tem sido bastante limitada por várias questões, entre elas a grande preeminência das identidades nacionais sobre a identidade europeia<sup>53</sup>, o *deficit* democrático que assola as instituições supranacionais,<sup>54</sup> o acirramento da pobreza, a elevação dos níveis de desemprego e o crescente número de casos de xenofobia na UE.

Contudo, apesar das adversidades que ora se apresentam, em tempos de crise financeira mundial, é forçoso reconhecer o esforço de Jean Monnet em prol da integração regional e, conseqüentemente, da paz mundial. Foi nesse intuito que o Conselho Europeu, reunido em Luxemburgo, em 1976, atribuiu-lhe, por unanimidade, o título de Cidadão Honorário da Europa naquela que seria a sua última grande homenagem em vida. Também em reconhecimento à sua dedicação à causa europeia, a Comissão instituiu o programa Jean Monnet, que aporta fundos para o desenvolvimento e a difusão de estudos sobre a Integração regional.

## Considerações Finais

O pragmatismo do arquiteto da integração foi decisivo para a concretização do modelo europeu. Monnet foi aquele que mais ressaltou a profunda necessidade da reconciliação franco-germânica através da formação das Comunidades Europeias.

O estágio atual em que se encontra a Europa induz a crença de que Monnet estava certo, pois só a unificação inspirada no federalismo *kantiano* poderia assegurar a paz. A dissipação dos egoísmos típicos do nacionalismo retrógrado foi o combustível que alimentou o motor da união. Após duas guerras mundiais, as partes do continente dividido se reconstruíram e se religaram.

A formação do mercado único se traduziu numa iniciativa histórica singular para a Europa e para o mundo. A supranacionalidade redesenhou o cenário das sociedades existentes, cujas bases eram assentadas, fundamentalmente, nos ordenamentos jurídicos nacionais.

A Comunidade Europeia tornou-se realidade em virtude de um conjunto de variáveis, destacando-se a conformação de um Direito próprio, *sui generis*, que delinea um complexo esquema que envolve a redefinição da antiga soberania nacional em um processo que permite transferir para as Instituições algumas competências historicamente situadas na esfera estatal.

Os motores da locomotiva europeia seguem funcionando, embora, algumas vezes, dê sinais de desgaste. As disputas políticas incessantes entre as forças que interagem no âmbito comunitário - sociedade civil, partidos, Estados, Instituições, etc. - ressaltam as principais dificuldades defrontadas em cada etapa de qualquer processo de integração mas, ao mesmo tempo, nos inspira a lutar por ele.

A arquitetura comunitária ainda não se encontra acabada e muitos são os problemas estruturais que, por vezes, abalam as vigas de sustentação do modelo em evolução. Mas a persistência do "revolucionário pacífico" indica que é preciso continuar caminhando em defesa do interesse comum que, em último nível, é sempre a paz.

## Referências

ARMSTRONG, David; LLOYD, Lorna; REDMOND, John. **From Versailles to Maastricht:** international organization in the twentieth century. Hampshire: Palgrave, 1996.

BORCHARDT, K. D. El ABC del Derecho Comunitario. **Luxemburgo:** Oficina de Publicaciones Oficiales de las Comunidades Europeas, 2000.

BRUGMANS, Henri. **L'idée européenne 1920–1970.** 3.ed. Bruges: De Tempel, 1970.

CHRISTIANSEN, T. European Integration and regional cooperation. In: BAYLIS, J. & SMITH, S. (eds.) **The Globalization of World Politics:** An Introduction to International Relations. 3rd edition. Oxford: Oxford University Press, 2005.

FONTAINE, P. **Una Nueva Idea para Europa:** La Declaración Schuman, 1950-2000. Luxemburgo: Oficina de Publicaciones Oficiales de las Comunidades Europeas, 2000.

GUICHAOUA, Elsa. Jean Monnet entre mémoire, célébration et Histoire. In: BOSSUAT, Gérard & WILKENS, Andreas. **Jean Monnet:** l'Europe et les chemins de la paix. Paris: Publications de la Sorbonne, 1999, p. 437.

JUDT, Tony. **Pós-guerra:** uma história da Europa desde 1945. Trad. de José Roberto O'Shea. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

KANT, Immanuel. **A paz perpétua.** Trad. de Marco A. Zingano. Porto Alegre: L&PM, 1989.

MANGAS MARTÍN, A.; LIÑÁN NOGUERAS, D. J. **Instituciones y Derecho de la Unión Europea.** 2. ed. Madrid: McGraw-Hill, 1999.

MONNET, Jean. **Memórias:** a construção da unidade européia. Tradução de Ana Maria Falcão. Brasília: Editora da UNB, 1986.

OLIVEIRA, Odete. M. **União Européia:** processos de integração e mutação. Curitiba: Juruá, 1999.

REDMOND, John. **From Versailles to Maastricht:** international organisation in the twentieth century. Hampshire: Palgrave, 1996.

SILVA, Karine de Souza. **Direito da Comunidade Européia:** fontes, princípios e procedimentos. Ijuí: Ed. Unijuí, 2005.

SILVA, Karine de Souza; BLANCK, Fernanda Joos. A contribuição de Jean Monnet para a construção da arquitetura da União Européia: reflexos em cinquenta anos de integração. In: **Produção Científica CEJURPS**, v. 3, p. 55-64, 2008.

TAIBO, Carlos. **Crítica de la Unión Europea**. Madrid: Ed. Los libros de la catarata, 2006.

Tratado da União Européia. Disponível em: [www.europa.eu](http://www.europa.eu).

TRUYOL Y SERRA, A. **La Integración Europea: Idea y Realidad**. Madrid: Tecnos, 1972.

UNIÃO EUROPÉIA [http://ec.europa.eu/publications/booklets/eu\\_documentation/04/txt02\\_en.htm](http://ec.europa.eu/publications/booklets/eu_documentation/04/txt02_en.htm).

## Notas

- <sup>1</sup> Artigo em comemoração ao 30º aniversário da morte de Jean Monnet. Esta pesquisa foi desenvolvida com apoio da Comissão Europeia e faz parte das atividades do Grupo de Estudos “Cátedra Jean Monnet”, vinculado aos Programas de Mestrado e Doutorado em Ciência Jurídica da UNIVALI.
- <sup>2</sup> Karine de Souza Silva – Titular da Cátedra Jean Monnet. Doutora em Direito (UFSC). Professora dos Programas de Mestrado e Doutorado em Ciência Jurídica da Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI/SC, Brasil. E-mail: [kariesilva@univali.br](mailto:kariesilva@univali.br).
- <sup>3</sup> Jean Monnet nasceu na cidade francesa de Cognac no ano de 1888. A vocação internacional dos negócios da família que comercializava *brandy* lhe proporcionou a oportunidade de conhecer diferentes países. Os intercâmbios entre as culturas lhe impulsionaram a vocação aos temas sensíveis às relações internacionais. Para abrir as portas do comércio à sua produção, viveu e trabalhou em Londres. No decorrer da Primeira Guerra Mundial, recebeu do seu governo a incumbência de coordenar, na cidade de Londres, as tratativas de cooperação econômica entre os países aliados. Monnet faleceu em 16 de março de 1979.
- <sup>4</sup> Tony Judt assevera que Jean Monnet era “um homem fora do comum (...). Sua dedicação ao planejamento econômico e a contribuição que mais tarde fez para o Plano Schuman de cooperação europeia, portanto, baseavam-se na familiaridade com gerenciamento em grande escala e colaboração internacional que naquela época eram extremamente raras num francês de sua classe social.” JUDT, Tony. *Pós-guerra: uma história da Europa desde 1945*. Trad. de José Roberto O’Shea. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008. p. 84.
- <sup>5</sup> “Hoje em dia é difícil imaginar a influência que tinha no seu país, na Europa e no mundo, esse homenzinho tranqüilo que nunca aparecia na rádio ou televisão, que ninguém encontrava nos jantares, que trabalhava - com concentração e lentidão: a única forma de fazer um bom produto”. DUVERGER, Maurice. *A Europa dos cidadãos: uma aventura inacabada*. Lisboa: Asa, 1994.
- <sup>6</sup> Immanuel Kant, em 1795, propôs uma integração dos Estados europeus, fundada no estado de paz como um dever imediato, cuja realização estaria atrelada à assinatura de um contrato entre povos que, entre si, constituíram uma liga de paz. Para o autor, somente a paz seria capaz de afastar todas as guerras para sempre. Nesse sentido, ver: KANT, I. *A paz perpétua*. Tradução de Marco Antonio de A. Zingano. São Paulo: L&PM Editores, 1989.
- <sup>7</sup> Robert Schuman opinou sobre Monnet que: “as duas guerras mundiais conferiram-lhe uma vocação internacional. Ele esteve sucessivamente ao serviço de vários governos aliados, desde a primeira guerra mundial, e depois da Sociedade das Nações. O que o caracteriza, o que o distingue de tantos homens com espírito inventivo, é que ele não se limita a conceber e a lançar as idéias deixando-as de seguida abandonadas à sua sorte; ele preocupa-se em realizá-las, assumindo ele mesmo a sua parte de responsabilidade na aplicação dos planos que elaborou”. BRUGMANS, Henri. *L’idée européenne 1920-1970*. 3.ed. Bruges: De Tempel, 1970, p. 159.
- <sup>8</sup> GUICHAOUA, Elsa. Jean Monnet entre mémoire, célébration et Histoire. In: BOSSUAT, Gérard & WILKENS, Andreas. *Jean Monnet: l’Europe et les chemins de la paix*. Paris: Publications de la Sorbonne, 1999, p. 437.
- <sup>9</sup> O projeto da Comunidade Europeia foi precedido por antecedentes significativos, principalmente no alvorecer do século XX, marcado pelo nascimento de diversas associações e publicações que propagavam teses federalistas. Entre eles, ressalta-se o Manifesto Paneuropeu, de 1923, de Richard Coudenhove-Kalergi (1894-1972) e seu projeto de formar uma confederação europeia que obteve importante repercussão no meio acadêmico. O movimento de maior envergadura originou-se na França, através de seu ministro de Assuntos Exteriores, Aristides Briand que, em 1929, propôs a criação de uma federação

- denominada “União Europeia”. A proposta foi amadurecida e levada à Sociedade das Nações em 1930. A intenção era fundar uma federação respaldada na ideia de união, não de unidade. Os únicos países que responderam negativamente foram o Reino Unido e a antiga URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas), de Stalin, para quem a “União Européia seria uma máquina de guerra” contra seu país. A fórmula crise econômica mais nacionalismos exacerbados resultou na Segunda Grande Guerra Mundial. Os intentos, embora tímidos, persistiram e a ideia federalista permaneceu viva e apontada como única maneira de concretizar a paz dentro do mapa europeu. Nessa atmosfera de lutas, em 1943, surgiu o acordo de unificação entre Holanda, Bélgica e Luxemburgo, o chamado BENELUX, como evolução da União Econômica belgo-luxemburguesa de 1921, e que, a partir de 1945, passou a constituir uma União Econômica. Cf. MANGAS MARTÍN, A.; LIÑÁN NOGUERAS, D. J. *Instituciones y Derecho de la Unión Europea*. 2. ed. Madrid: McGraw-Hill, 1999, p. 4-5; TRUYOL Y SERRA, A. *La Integración Europea: Idea y Realidad*. Madrid: Tecnos, 1972, p. 13-28. Nesse sentido, consultar: SILVA, Karine de Souza. *Direito da Comunidade Européia: fontes, princípios e procedimentos*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2005.
- <sup>10</sup> Boa parte das ideias de Jean Monnet está escrita na sua obra *Memórias*. Trata-se de um rico relato histórico sobre dramáticos anos que sucederam à Segunda Guerra Mundial. Em vinte e um capítulos, o autor discorre com precisão os temores e as incredulidades que afligiam os povos e governos do velho continente e lança luzes sobre os caminhos traçados pelas forças políticas europeias rumo à integração regional. Sem dúvida, o autor apresenta uma visão privilegiada dos passos iniciais da integração, uma vez que, desde o princípio, ele atuou diretamente nas negociações, já que sempre transitou nos bastidores do poder. Neste sentido, consultar: MONNET, Jean. *Mémoires*. Paris: Fayard, 1976. No Brasil, a obra foi publicada em 1986 pela Editora da UnB. MONNET, Jean. *Memórias: A construção da unidade europeia*. Trad. de Ana Maria Falcão. Brasília: EdUnB, 1986.
- <sup>11</sup> “A guerra fria tornava-se um clima de vida insuportável para centenas de milhões de homens”. MONNET, Jean. *Op. cit.*, p. 254.
- <sup>12</sup> “Uma outra guerra se aproxima se não fizermos nada”. MONNET, Jean. *Op. cit.*, p. 256.
- <sup>13</sup> P. 257.
- <sup>14</sup> “a situação alemã se tornará rapidamente um câncer para a paz em um futuro próximo, e para a França imediatamente, se seu desenvolvimento não for dirigido para os alemães no sentido da esperança e da colaboração com os povos livres. Não é preciso procurar resolver o problema alemão com os dados atuais. É preciso mudar os dados transformando-os”. MONNET, Jean. *Op. cit.*, p. 258.
- <sup>15</sup> MONNET, Jean. *Op. cit.*, p. 256.
- <sup>16</sup> MONNET, Jean. *Op. cit.*, p. 259.
- <sup>17</sup> MONNET, Jean. *Op. cit.*, p. 260.
- <sup>18</sup> MONNET, Jean. *Op. cit.*, p. 261.
- <sup>19</sup> “In order to unravel this web of difficulties where traditional diplomacy was proving powerless, Robert Schuman called upon the inventive genius of a man as yet unknown to the general public but who had acquired exceptional experience during a very long and eventful international career”. In: Disponível em: [http://ec.europa.eu/publications/booklets/eu\\_documentation/04/txt02\\_en.htm](http://ec.europa.eu/publications/booklets/eu_documentation/04/txt02_en.htm). Acesso em: 21 fev. 2009.
- <sup>20</sup> FONTAINE, P. *Una Nueva Idea para Europa: La Declaración Schuman, 1950-2000*. Luxemburgo: Oficina de Publicaciones Oficiales de las Comunidades Europeas, 2000.
- <sup>21</sup> Dada a sua importância, a data da apresentação da Declaração Schuman é considerada como o Dia da Europa.
- <sup>22</sup> MONNET, Jean. *Op. cit.*, p. 299.
- <sup>23</sup> MONNET, Jean. *Op. cit.*, p. 277.
- <sup>24</sup> “The British made their preference for intergovernmental cooperation very clear and subscribed to the argument that they had three spheres of influence: Britain had an important role in Europe, a Commonwealth and a special relationship with the United States. [...] Whilst the Britain also cleared desired peace, prosperity and the containment of Germany, they did not feel threatened to the same extent as continental Europe”. ARMSTRONG, David; LLOYD, Lorna; REDMOND, John. *From Versailles to Maastricht: international organization in the twentieth century*. Hampshire: Palgrave, 1996, p. 142-143.
- <sup>25</sup> MONNET, Jean. *Op. cit.*, p. 313.
- <sup>26</sup> Os tratados demoraram um ano para serem ratificados. A “Conferência dos Seis”, reunida em 23 de julho de 1953, em Paris, elegeu uma sede (uma pequena cidade de Luxemburgo, provisoriamente) e quatro línguas oficiais.

- <sup>27</sup> “Considerando que a paz mundial só pode ser salvaguardada por meio de esforços criativos à altura dos perigos que a ameaçam”. Neste sentido, consultar: Preâmbulo do Tratado CECA.
- <sup>28</sup> A economia forte além de garantir o bem-estar era vista como “condição da independência nacional e da manutenção da democracia” MONNET, Jean. *Op. cit.*, p. 240.
- <sup>29</sup> Thomas Christiansen aponta as influências que conduziram à criação do poder supranacional da União Europeia: as condições de devastação física, econômica e social da região no pós-guerra, a ambição para a criação de um modelo federal, desenvolvido no decorrer da guerra, a divisão provocada pela guerra fria, o desejo dos Estados Unidos de reforçar política e economicamente os países ocidentais europeus. A força que dirigiu com mais precisão os Estados rumo à integração foi, sem dúvida, a “reconciliação entre França e Alemanha, a qual tem sido a consequência e a garantia da integração europeia”. CHRISTIANSEN, T. European Integration and regional cooperation. In: BAYLIS, J. & SMITH, S. (eds.) *The Globalization of World Politics: An Introduction to International Relations*. 3rd edition. Oxford: Oxford University Press, 2005. p. 582.
- <sup>30</sup> “Um plano que não parte desse princípio não pode trazer nenhuma contribuição útil à solução dos grandes problemas que nos assolam”. MONNET, Jean. *Op. cit.*, p. 277
- <sup>31</sup> *Idem, ibidem.*
- <sup>32</sup> “Jean Monnet had watched the various unsuccessful attempts to move towards integration which had followed in the wake of the solemn plea, launched at the congress organised by the European movement in The Hague in 1948, for the union of the continent. The European Organisation for Economic Cooperation, set up in 1948, had a purely coordinative mission and had been powerless to prevent the economic recovery of European countries coming about in a strictly national framework. The creation of the Council of Europe on 5 May 1949 showed that governments were not prepared to surrender their prerogatives. The advisory body had only deliberative powers and each of its resolutions, which had to be approved by a two-thirds majority, could be vetoed by the ministerial committee. Jean Monnet had understood that any attempt to introduce a comprehensive institutional structure in one go would bring a huge outcry from the different countries and was doomed to failure. It was too early yet to envisage wholesale transfers of sovereignty. The war was too recent an experience in people’s minds and national feelings were still running very high. Success depended on limiting objectives to specific areas, with a major psychological impact, and introducing a joint decision-making mechanism which would gradually be given additional responsibilities.” In: [http://ec.europa.eu/publications/booklets/eu\\_documentation/04/txt02\\_en.htm](http://ec.europa.eu/publications/booklets/eu_documentation/04/txt02_en.htm).
- <sup>33</sup> “A idéia de que dezesseis países soberanos cooperarão efetivamente é uma ilusão. Acredito que somente a criação de uma federação do ocidente, com a inclusão da Inglaterra, permitiria que, no tempo desejado, se resolvessem nossos problemas e se impeça, finalmente, a guerra. MONNET, Jean. *Op. cit.*
- <sup>34</sup> “O essencial é manter-se fiel aos poucos pontos fixos que nos serviram de guia desde o primeiro dia: criar progressivamente entre os homens da Europa o mais amplo interesse comum gerido por instituições comuns democráticas às quais é delegada a soberania necessária”. MONNET, Jean. *Op. cit.*, p. 460.
- <sup>35</sup> MONNET, Jean. *Op. cit.*, p. 269. “Os acontecimentos trágicos que vivemos no passado, aqueles a que assistimos talvez nos tornaram mais sensatos. Mas os homens passam, virão outros que nos substituirão. O que podemos deixar-lhes não será nossa experiência pessoal que desaparecerá conosco; o que podemos deixar-lhes são instituições. A vida das instituições é mais longa que a dos homens, e assim as instituições podem, se forem bem construídas, acumular e transmitir o bom-senso das gerações sucessivas”. *Op. cit.*, p. 337.
- <sup>36</sup> “A autoridade supranacional não era apenas o organismo que se encontra em melhores condições para resolver os problemas econômicos, é o início de uma federação.” MONNET, Jean. *Op. cit.*, p. 287.
- <sup>37</sup> Sobre as competências do Conselho e da Alta Autoridade, Jean Monnet assevera que: “vemos daqui por diante duas séries de problemas: aqueles que são do domínio próprio da Alta Autoridade, descritos com precisão pelo tratado e transferidos para esta instituição por um mandato coletivo de parlamentares; em seguida, os problemas que questionam a responsabilidade dos governos, problemas comuns para os quais haveria interesse em prever a intervenção desses governos, com a condição de que agissem coletivamente. Os dois órgãos poderiam reunir-se em casos bem definidos. Na verdade, o Conselho de Ministros acabava de ser criado”. MONNET, Jean. *Op. cit.*, p. 290.
- <sup>38</sup> MONNET, Jean. *Op. cit.*, p. 443.
- <sup>39</sup> O Conselho Europeu nasceu das Cimeiras dos chefes de Estado ou de Governo dos Estados-membros da Comunidade. A primeira reunião do Conselho foi realizada em Paris, em 1961. Em 1974, foi formalmente

- oficializado. Com a entrada em vigor do Tratado do Ato Único Europeu de 1986, o Conselho Europeu foi integrado à estrutura europeia e teve reconhecida a sua existência que, atualmente, encontra abrigo no artigo 4º do Tratado da União Europeia. Neste sentido: SILVA, Karine de Souza. *Direito da Comunidade Européia: fontes, princípios e procedimentos*. Ijuí: Ed. Unijui, 2005. p. 33 e ss.
- <sup>40</sup> MONNET, Jean. *Op. cit.*, p. 283. Ao ser provocado por Taviani, representante do governo italiano, que exigia paridade de tratamento à siderurgia de seu país, Jean Monnet ratifica o sentimento federalista: “concordo que as condições de concorrência sejam as mesmas. Mas percamos o hábito de falar de siderurgia italiana ou francesa, etc., pois haverá apenas uma siderurgia européia. É o próprio objeto do plano Schuman”. *Op. cit.*, p. 287.
- <sup>41</sup> MONNET, Jean. *Op. cit.*, p. 286.
- <sup>42</sup> JUDT, Tony. *Pós-guerra: uma história da Europa desde 1945*. Trad. de José Roberto O´Shea. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008. p. 169.
- <sup>43</sup> MONNET, Jean. *Op. cit.*, p. 283.
- <sup>44</sup> MONNET, Jean. *Op. cit.*, p. 449.
- <sup>45</sup> Cf. Preâmbulo do Tratado da União Europeia.
- <sup>46</sup> O TCECA dispunha no seu artigo 97 a duração dessa Comunidade por um período de cinquenta anos, de modo que a CECA teve sua extinção consagrada no ano de 2002.
- <sup>47</sup> A crucial importância do aparato jurídico para a consolidação do processo integracionista europeu já foi apontada por Klaus-Dieter Borchardt como mecanismo essencial para a integração por ter conseguido “aquilo que, durante séculos, o sangue e as armas conseguiram”. Ainda, segundo o autor, esta corresponde “à novidade decisiva que distingue os intentos anteriores de lograr a unidade européia. Os meios utilizados não são a violência e a submissão, senão a força do Direito”. In: BORCHARDT, K. D. *El ABC del Derecho Comunitario*. Luxemburgo: Oficina de Publicaciones Oficiales de las Comunidades Europeas, 2000, p. 57.
- <sup>48</sup> MONNET, J. *Op. cit.*, p. 461.
- <sup>49</sup> Ver artigos 3º a 6º do TCE.
- <sup>50</sup> O Conselho e a Comissão foram unificados em 1967, mas o Tribunal de Justiça e o Parlamento já estavam unidos desde a assinatura, em 1957, do TCEE e do TCEEA. Isso significa que não chegou a haver três Parlamentos ou três Tribunais, mas três Conselhos e três Comissões.
- <sup>51</sup> O Conselho Europeu nasceu das Cimeiras dos chefes de Estado ou de Governo dos Estados-membros da Comunidade. Não é uma Instituição comunitária, em termos técnicos. Constitui-se em um órgão intergovernamental da União Europeia que, ao lado daquelas, atua como agente cujo papel principal é de impulsionar politicamente o processo de integração. Esse Conselho reúne os chefes de Estado e de Governo europeus dos Estados-membros comunitários em conferências de cúpula, bem como o presidente da Comissão Europeia.
- <sup>52</sup> No estágio atual, a forma de atuação na qual se insere a União Europeia é a *União Econômica*, ou seja, a fase mais complexa de integração econômica, salientada pela adoção de políticas comuns, principalmente monetárias e fiscais. Nesse sentido, ver: OLIVEIRA, O. M. *União Européia: processos de integração e mutação*. Curitiba: Juruá, 1999, p. 39.
- <sup>53</sup> CHRISTIANSEN, T. European Integration and regional cooperation. In: BAYLIS, J. & SMITH, S. (eds.) *The Globalization of World Politics: An Introduction to International Relations*. 3rd edition. Oxford: Oxford University Press, 2005. p. 582
- <sup>54</sup> Sobre o *deficit* democrático na União Europeia, consultar: TAIBO, Carlos. *Crítica de la Unión Europea*. Madrid: Ed. Los libros de la catarata, 2006.

Recebido em: 01-08-2008

Avaliado em: 15-12-2008

Aprovado para publicação em: 01-02-2009